



3º Encontro Internacional de Política Social 10º Encontro Nacional de Política Social

Tema: “Capitalismo contemporâneo: tendências e desafios da política social”

Vitória (ES, Brasil), 22 a 25 de junho de 2015

Eixo: Mundo do Trabalho

Serviço social e sindicalismo no Brasil: avanço ou retrocesso na organização política dos assistentes sociais na contemporaneidade

Albany Mendonça Silva¹

Resumo

Este artigo discute a relação entre Serviço Social e Sindicato, na perspectiva de problematizar o processo de retomada dos sindicatos de assistentes sociais a partir dos anos de 1990, no contexto marcado pelo aviltamento da classe trabalhadora e de crise do sindicalismo brasileiro, buscando identificar os avanços, retrocessos e as implicações no processo da organização política dos assistentes sociais. Tal perspectiva se fundamenta no método histórico dialético, por entender que o mesmo possibilita vislumbrar as mediações necessárias para analisar as questões centrais que têm impulsionado tal dinâmica, assim como, relacionar suas contribuições e rebatimentos no contexto histórico do movimento sindical.

Palavras-chave: Serviço Social. Sindicalismo. Organização política.

Abstract

This article discusses the relationship between Social Service and the union with a view to discuss the process of resumption of trade unions to social workers, from the 1990, in a context in a context marked by debasement of the working class and the crisis of the Brazilian labor movement, seeking to identify the advances, setbacks and implications in the process of political organization of social workers. This perspective is based on the historical method dialectical understanding that it provides a glimpse of mediations necessary to analyze the core issues that have driven such dynamics, as well as relate their contributions and reverberation in historical context movement of social workers.

Keywords: Social work. Unionism. Organization policy.

INTRODUÇÃO

Este ensaio propõe refletir sobre a retomada do sindicalismo no Serviço Social brasileiro a partir dos anos de 1990, contexto marcado pelo avanço do projeto neoliberal e crise do movimento sindical. Tem como objetivo problematizar a tendência de

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ e Professora Assistente do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

reabertura dos sindicatos dos assistentes sociais, no sentido de desvendar os avanços e retrocessos na organização política.

Tal proposta remete ao “repensar” do processo histórico quanto à construção no sindicalismo no Serviço Social e, conseqüentemente, examinar as bases que fundamentaram a extinção dos sindicatos classistas no contexto da constituição do novo sindicalismo² na década de 1980.

Assim, o estudo dessa temática é fundamental, haja vista a necessidade de recuperar o debate sobre o processo de “transitoriedade inconclusa”³ da organização política dos assistentes sociais, no sentido de compreender as reais implicações para a organização política com a extinção da Associação Nacional dos Assistentes Sociais – ANAS, em 1994, especialmente no que tange ao redirecionamento político das ações dos Conselhos Federais de Serviço Social⁴, direcionamento da sindicalização por Ramo de Produção⁵, e por conseguinte, problematizar essa tendência de sindicalização no Serviço Social articulando-a com a retomada do conservadorismo na profissão⁶.

Esse debate apresentado por Abramides (2008) faz referência aos desafios postos à organização política dos assistentes sociais e tem se constituído como única categoria a

² O novo sindicalismo diz respeito a um processo de construção de uma nova prática sindical, nos anos 1980, sob a direção da CUT- Central Única dos Trabalhadores. Considerado um marco na história política do movimento sindical por ter conseguido no contexto de lutas trabalhistas assegurar a perspectiva de aglutinar os trabalhadores por ramos de produção. Sendo um marco no campo da esquerda que contou com a força política do PT- Partido dos Trabalhadores.

³ Transitoriedade inconclusa termo utilizado por Abramides para analisar o movimento de transição da organização política dos assistentes sociais no contexto de construção do novo sindicalismo, a partir da extinção dos sindicatos por categoria para os sindicatos por ramo de produção. Para Abramides (2006, p.141) “a transição da velha estrutura sindical corporativa, defendida pelos trabalhadores, para a nova estrutura encontra-se ainda inconcluso devido a um conjunto de intercorrências, dos próprios impasses e desafios apresentados ao sindicalismo, ao longo das duas décadas, desde 1986”.

⁴ É importa destacar que os Conselhos representativos da profissão, então denominados de CFAS E CRAS, mantiveram até 1979 enquanto instância burocrática e orientação conservadora hegemonia conservadora (ABRAMIDES, 2006).

⁵ E no contexto de construção do novo sindicalismo que se coloca em pauta a orientação para extinção dos sindicatos por categoria e construir as bases para fortalecimento dos sindicatos por Ramo de Produção, isto é a sua vinculação não por categoria profissional, mas, por pertencimento na instituição.

⁶ Falar de conservadorismo nos remete a situar o processo de renovação no seio da profissão, elucidado, por Netto, no livro Ditadura e Serviço Social. Considerando as reflexões de Yamamoto (1991, p.23) pode-se elucidar que “o conservadorismo não é assim apenas a continuidade, persistência no tempo de um conjunto de ideias constitutivas da herança intelectual europeia do séc. XIX, mas, de ideias que, reinterpretadas, transmudam-se em uma ótica de explicação e em projetos de ação favoráveis a manutenção da ordem capitalista. Isso aproxima os pensamentos conservador e racional, apesar de suas diferenças, como portadores de um mesmo projeto de classes para a sociedade”.

ter assumido o encaminhamento da CUT para extinção dos sindicatos por categoria. Esse movimento de dissolução dos sindicatos não representou a passagem direta para sindicalização dos assistentes sociais por ramo de produção. Assim, o estudioso destaca que “apesar da inserção significativa dos assistentes sociais em sindicatos de trabalhadores em serviço público pelo processo de filiação a esses sindicatos, é visível a ausência de comissões sindicais que deem conta das singularidades das diferentes categorias” (ABRAMIDES, 2008, p.103). E com os impactos das transformações societárias recentes, essas questões se agravam, especialmente, pela ampliação do processo de precarização das condições e relações de trabalho.

Entre a decisão da CUT em 1986 e o processo de transição dos sindicatos e da ANAS para o seu fechamento, o sindicalismo combativo da CUT dos anos 1980 sofre o impacto das transformações do mundo do trabalho, da implantação do neoliberalismo, do giro social democrático de sua direção e posição majoritária de um arrefecimento no que se refere à implantação da nova estrutura sindical por ramo de produção.

Quais as razões que tem levado aos assistentes sociais a pressionarem por uma retomada dos sindicatos por categoria? Em especial em um contexto adverso de aviltamento da classe trabalhadora e deterioração da proteção aos assalariados que tem impulsionado uma “fração de classe espremida entre a permanente ameaça da exclusão social e o incremento da exploração econômica, precariado” (BRAGA, 2012, p.16).

Considerando a heterogeneidade e a fragmentação da profissão de Serviço Social, aliada a conjuntura de retraimento das formas de organização sindical dos trabalhadores, observa-se que há certa evidência no tocante a uma rediscussão sobre a forma de se organizar para fazer frente aos velhos e novos dilemas.

O crescente movimento de retomada dos sindicatos por categoria, especialmente do Serviço Social a partir de 2000, no contexto de refluxo do movimento sindical e crise de direcionamento político. Este movimento, contraditoriamente encontra ressonância política junto a um grupo de profissionais assistentes sociais, vinculados a secretarias municipais de saúde no intuito de assegurar as negociações junto ao poder público. A partir da criação da Federação Nacional de Assistentes Sociais (FENAS), essa retomada dos sindicatos dos assistentes sociais ganhou uma expressão maior junto à categoria dos

assistentes sociais, ampliando o número de sindicatos. Dos cinco que permaneceram desde a extinção da ANAS foram reabertos dez (10), totalizando, atualmente, quinze (15) Sindicatos ⁷.

Por essa razão, esse estudo pretende indagar o que tem impulsionado aos profissionais quanto aos processos de luta e dos mecanismos /estratégias de modo a assegurar as conquistas trabalhistas num contexto marcado pelas drásticas medidas adotadas para a classe trabalhadora.

1 TRANSFORMAÇÕES CAPITALISTAS E OS IMPACTOS PARA O ESTADO E O MOVIMENTO SINDICAL.

Para situar o debate do movimento sindical na contemporaneidade, considera-se pertinente problematizar os rebatimentos das transformações societárias recentes, tendo em vista a necessidade de demarcar o contexto que se constituiu a crise do movimento sindical e, conseqüente, as novas estratégias que são gestadas pela classe trabalhadora. Entendendo assim as contradições que permeiam o cenário da classe trabalhadora com a crise do novo sindicalismo. É importante salientar, que a crise do sindicalismo associa-se a crise capitalista pós 1970, que traduz um intenso processo de mudanças no modo de produção (fordista-taylorista) e no modo de regulação de Estado (intervencionalista para desregulamentação do Estado).

Ressalta-se que há um processo de transformações no mundo do trabalho que resultou na perda do poder aquisitivo da classe trabalhadora e do poder interventivo do Estado. Portanto, para entender a materialidade dessa crise e seus impactos nos países em termos de projetos societários, faz-se mister estabelecer os desafios e as perspectivas de lutas e resistências da classe trabalhadora. Isso significa considerar o quadro crítico

⁷ Os cinco sindicatos que não deliberaram favoráveis a extinção e continuaram suas ações foram, a saber: Rio de Janeiro (SASERJ), Alagoas (SASEAL), Ceará (SASEC), Caxias do Sul, Rio Grande Sul. E os demais foram reabertos, a partir de 2009, dentre os quais destacam: Amazonas (SASEAN), Pará (SINASPA), Mato Grosso (SASEMT), Brasília, São Paulo (SASP), Maranhão (SASEMA), Sergipe (SINDASSE) e Pernambuco (SINDASPE). Bahia e Paraná (informações extraídas do site do FENAS, em 20 de março de 2015).

das drásticas consequências para a classe trabalhadora e os reais impactos no seu poder de organização sindical.

A crise capitalista pós 1970 colocou em xeque os anos dourados do capitalismo, isto é, a fase áurea de crescimento do capitalismo e de redistribuição significativa de parte dos ganhos para a classe trabalhadora. Momento áureo também para a organização desta classe.

Esse processo de acumulação capitalista tem impulsionado um amplo reordenamento do capital, ocasionando uma desregulamentação do Estado e destruição do Trabalho, resultando em consequências drásticas para a classe trabalhadora, a saber: privatização, redução do capital produtivo, desregulamentação das condições de trabalho e flexibilização dos direitos sociais, enfraquecimento e comprometimento do movimento sindical.

Apesar da crise estrutural do capital contemplar questões mais amplas e profundas, Antunes aponta que “a resposta capitalista a essa crise procurou enfrentá-la tão somente na sua superfície fenomênica” (ANTUNES, 2009, p.36), isto quer dizer que há uma preocupação do capital em “reestruturá-la sem transformar os pilares essenciais do modo de produção” (IBID, p.36). O que tem intensificado o processo de exploração, precarização e insegurança no trabalho.

Nesse cenário, as conquistas históricas dos trabalhadores são revertidas, fragilizadas diante dos baixos salários, bem como as duras condições de trabalho, aliadas a perda do poder político dos sindicatos. Para Braga (2012, p.187) “o aumento do desemprego e a repressão aos sindicatos fragilizam ainda mais a capacidade de defesa dos trabalhadores brasileiros, bloqueando severamente a mobilidade econômica”.

É dentro dessa lógica, que “o receituário neoliberal diagnosticou na crise do Estado a fonte de todos os Males da Modernidade” (TEIXEIRA, 1996, p. 09). Essa crise fiscal do Estado tem eliminado conquistas trabalhistas ao colocar em cena a disputa pelo

fundo público ⁸. E o que tem contribuído drasticamente para burocratização e crise sindical. ⁹.

Com isso, pode-se observar um crescimento do movimento de desconstrução e desestruturação do mundo do trabalho, colocando em cena um processo ampliado de eliminação de direitos trabalhistas (ANTUNES, 2009). Esse movimento provocou mudanças drásticas na representação dos trabalhadores, mediante a crise do movimento sindical, o suscitou um processo de tencionamento dos sindicatos enquanto representação da classe trabalhadora, marcado pela “dessindicalização e os impasses dos partidos políticos populares, e ao mesmo tempo em que emergem no seu espaço “novos sujeitos coletivos”, de que, os novos movimentos sociais são o sinal mais significativo” (NETTO, 1996, p.99).

Todo esse procedimento nos leva a constatar que na dinâmica do capitalismo intensificou-se um acelerado processo de desenvolvimento, cujas particularidades são marcadas por “[...] uma perversa associação: de um lado pela superexploração do trabalho [...] e, de outro, uma passivização das lutas sociais que historicamente foram mantidas sob o controle do Estado e das Classes Dominantes” (SOUZA, 2012, p. 437).

Tais questões tem afetado diretamente o processo de sociabilidade da classe trabalhadora, ocasionando impactos efetivos no seu processo de constituição, desviando-se da perspectiva de classe trabalhadora e fortalecido as lutas particulares¹⁰, perdendo de vista o seu caráter de luta pela emancipação e assumindo um caráter mais conservador/reformista, especialmente com o contexto de crise na CUT e crise do novo sindicalismo.

⁸ Um estudo aprofundado sobre Fundo Público ver Berhing e Boschetti (2012) A questão do fundo publico torna-se central no processo de acumulação capitalista e em sua reprodução.

⁹ E importante destacar segundo Alves (2006, p.467) “[...] as centrais sindicais (CUT, CGT e Força Sindical) passam a apropriar-se dos recursos do fundo público-estatais, como o Fundo do Amparo ao Trabalhador (FAT), por meio da elaboração de projetos de qualificação profissional de acordo com a lógica do toytismo sistêmico”. Reforçando assim, a lógica simplista que o problema da empregabilidade reside na qualificação e portanto, o esforço deve ser na capacitação do trabalhador para o trabalho, e assim, distanciando da direção política de contestador para uma direção “neocorporativista de participação” (LARA, 2010, p. 94).

¹⁰ Segundo Braz (2012a) esse caráter particularista tem sido uma marca do processo de desenvolvimento capitalista atual.

2 A RETOMADA DO SINDICATOS DOS ASSISTENTES SOCIAIS: POSSIBILIDADES E CRITICAS

Os rumos da organização política dos assistentes sociais estão intrínsecos ao processo de construção e da crise do sindicalismo. Grosso modo, não se pode recuperar a história da organização política dos assistentes sociais, dissociada da história de luta dos trabalhadores e do processo de organização dos sindicatos no cenário brasileiro, mas, elencando suas contradições, avanços, retrocessos e desafios, no sentido de elucidar as estratégias de resistência decorrentes do processo de precarização das condições de trabalho, assim como, compreender os reais determinantes para sua materialização, no contexto marcado pela luta de classes.

Para Abramides (2011, p.20), o “nascido da reorganização político-sindical dos assistentes sociais, no final dos anos 1970, se dá no interior daquilo que, no período, se chamou o novo sindicalismo”.

Tal processo consolidou-se a partir das alianças entre as entidades dos assistentes sociais com ANAMPOS (Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindical). Esse acordo contribuiu, significativamente para *os assistentes sociais como parte da classe trabalhadora, que reiniciam a sua organização por meio da reativação de suas entidades sindicais e pré-sindicais em todo o país* (ABRAMIDES; CABRAL, 1995, p.119). Assim como, repensar o seu processo de extinção na perspectiva da construção do novo sindicalismo. É nesse processo que o movimento sindical em Serviço Social repensa sua organização por sindicatos por ramo de produção, e, compromete-se com a sua construção, por meio do processo de discussão e aprovação da extinção dos sindicatos dos assistentes sociais¹¹.

Segundo Abramides (2010) a história da organização dos assistentes sociais se mescla de forma viva com a história da construção e crise do novo sindicalismo brasileiro.

¹¹ A participação orgânica da ANAS nos congressos da CUT contribuiu diretamente no seu direcionamento político para extinção dos sindicatos, respeitando as deliberações do 2º Congresso Nacional da CUT, que, após processo de discussão política, aprova a constituição da estrutura sindical, fundada na construção da organização sindical por ramo de atividade econômica por ramo de produção, por entender que tal estratégia possibilita condições objetivas para fortalecimento da luta da classe trabalhadora.

Colocando em questão, o processo de transitoriedade inconclusa do movimento sindical numa perspectiva da construção da velha estrutura sindical corporativa para a nova estrutura sindical. Haja vista que o processo de arrefecimento sindical dos anos de 1999 contribuiu drasticamente para que não se objetivasse o novo sindicalismo na política brasileira.

O que traduz em desafios e questionamentos no seio da categoria. Aliado a esse processo de tencionamento quanto à organização sindical, enquanto representação da categoria registra-se o questionamento da categoria quanto as bandeiras de lutas sindicais relacionadas à definição de um piso salarial¹².

Todo esse processo tem se constituído um desafio para as organizações políticas, haja vista o tencionamento dos profissionais diante das precárias condições de trabalho e as disparidades salariais. Aliado ao “crescimento exponencial da força de trabalho excedentária em face dos interesses do capital” (NETTO, 2012, p. 417) que tem repercutido diretamente no mercado de trabalho com o processo de precarização das condições de trabalho e de vida das classes trabalhadoras.

Nessa direção, o crescimento exponencial do desemprego e da informalidade tem impactado a luta dos trabalhadores e, conseqüentemente, a pressão para assegurar direitos.

Considerando, as particularidades e as contradições, é comprovado que o processo de extinção dos sindicatos dos assistentes sociais nos estados teve processos diferenciados. Dos 28 sindicatos, apenas cinco não concordaram com as deliberações da ANAS para extinção, a saber: Ceará, Alagoas, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul e Caixas do Sul.

¹² Essa luta do piso salarial é antiga, cabe salientar que o processo de luta pela construção do Piso Salarial do assistente social constituiu um amplo movimento de mobilização e luta da categoria, com o slogan “Queremos dez no mínimo, somos quarenta mil”. Para subsidiar o movimento foi realizada uma pesquisa em nível nacional sobre as condições de salário e trabalho do profissional, Seguida de um amplo processo de discussão acerca das condições de trabalho, que resultou na elaboração do projeto de lei do piso salarial (1982), com base na pesquisa e apresentado no IV CBAS.(1981). Após submissão do projeto ao congresso, o mesmo foi vetado impactando diretamente no processo de organização da categoria.

Cabe reafirmar que a extinção dos sindicatos dos assistentes sociais enquanto resultante de um projeto político na direção da construção de uma nova estrutura sindical que representava o caminho para o fortalecimento das lutas da classe trabalhadora, por um lado, e por outro, que a reconstrução política do Conselho Federal¹³, na perspectiva de reafirmação das lutas específica dos assistentes sociais, seriam fundamentais para fortalecimento da luta.

Tais ações, entretanto, não foram suficientes para responder a pressão da categoria, especialmente, se consideradas as particularidades do cenário político do contexto capitalista, que coloca em colapso o movimento sindical, a partir dos anos 1990, em face às mudanças significativas nas formas de enfrentamento no plano sindical, especialmente, da CUT¹⁴, que passa “de um sindicalismo da confrontação à cooperação conflitiva” (RODRIGUES, 1995 apud ALVES, 2000, p. 121).

É nesse contexto político, de crise do movimento sindical, que se observa, na dinâmica do real, apesar dos embates, à fragilidade da participação dos assistentes sociais nos sindicatos por ramo de produção e o seu ressentimento pelo direcionamento político na luta salarial e sindical.

Tais desdobramentos têm suscitado na atualidade, o debate da polarização sobre a reativação da organização sindical dos assistentes sociais. E conseqüentemente, tal debate tem repercutido diretamente no processo de formação e exercício profissional.

Nota-se que essa questão tem dividido a categoria entre os que acreditam que o sindicato dos assistentes sociais possam assegurar a melhoria da luta salarial e aqueles que reafirmam o direcionamento do engajamento dos profissionais nos sindicatos por ramo de produção e no fortalecimento do projeto ético político profissional.

¹³ CFESS- Conselho Federal de Serviço Social que já vinha sendo questionado por uma postura burocrática e conservadora, revestiu –se de uma conotação política. Esse processo na realidade colocou em cena um tencionamento no seio da profissão.

¹⁴ É importante salientar que a crise da direção política da CUT na atualidade coloca em questão o seu significado histórico de representante combativa na luta dos trabalhadores, nos anos 1980, sendo considerada a “[...] mais poderosa [entidade sindical] em número de entidades a ela filiadas e em capacidade de organização e mobilização dos trabalhadores (RODRIGUES, 1990 apud ALVES, 2000, p. 114). A partir dos anos de 1990 assumir o posicionamento político no plano sindical próximo da perspectiva do sindicalismo de resultados, defendido pela CGT- Central Geral dos Trabalhadores.

Por outro lado, a tendência de reabertura dos sindicatos profissionais no contexto de crise do movimento sindical torna-se preocupante na atualidade, pois, em nome de um discurso aparentemente progressivo, pode-se reforçar práticas conservadoras no seio profissional e do exercício profissional. Na perspectiva, que segundo Santos (2010, p.133) “[...] contribui para manter a consciência política da categoria no nível econômico-corporativo, reforçando práticas isoladas do conjunto das lutas das classes trabalhadoras”. Especialmente, no cenário atual de heterogeneidade da classe trabalhadora.

Considerando o assistente social, enquanto trabalhador, observa-se que as suas condições de venda da força de trabalho tem sido acirradas na atualidade, especialmente, além dos vínculos precários, pela formação de um excedente de trabalhadores semiqualeificados, com a expansão da modalidade de Ensino a Distância (EAD) e do crescimento do ensino superior privado, aliado ao processo intensivo de precarização do ensino superior no país, que vão condicionar no barateamento da força de trabalho.

Portanto, os dilemas e desafios no âmbito da defesa da formação e exercício profissional são crescentes. E tem tencionado o conjunto CFESS-CRESS em responder as pressões dos profissionais por demandas sindicais, aliado a ausência de representação sindical que discuta as questões específicas. Daí elucidar as determinações que influenciaram o processo de retomada do sindicalismo no Serviço Social na contemporaneidade e suas contradições.

Essa retomada do sindicalismo deve ser compreendida em seu caráter histórico, o que requer estar atento para observar que essa tendência, pode ser considerado, a luz de Marx, nos seus manuscritos “18 Brumário”, ao afirmar que a história, ora se repete como “uma tragédia e ou farsa”. Ao pensar do ponto de vista da tragédia, observa-se que esse movimento reforça o movimento real dos elementos do conservadorismo no seio profissional, especialmente, na defesa de projetos políticos. Ou ainda pensar como uma farsa que encontra determinantes no contexto de precarização das condições de trabalho e crise da CUT, que coloca em questão a construção do novo sindicalismo.

Diante dessas questões, presencia-se, na atualidade, a pressão dos assistentes sociais, enquanto participe da classe trabalhadora fragmentada, por respostas ante a

destruição das condições de trabalho. Fato que tem sido alimentado face ao crescimento dos cursos de Ensino a distância e nos processos precarizados da contratação da força de trabalho.

Nesse ínterim, percebe-se que o processo de transitoriedade inconclusa dos sindicatos aliado a intensificação do processo de precarização das condições da classe trabalhadora e, conseqüentemente, dos assistentes sociais, tem suscitado indagações constantes dos profissionais quanto ao processo de reorganização sindical, considerando os reais impasses da classe trabalhadora, percebem-se os reais avanços/recuos/dilemas postos na formação e exercício profissional.

É importante considerar que os avanços construídos historicamente para organização política dos assistentes sociais com a consolidação da estrutura sindical nos anos 1980 e do processo de extinção dos sindicatos nos anos 1990, resultaram no amadurecimento político da categoria, no seu tempo histórico, de fortalecimento das lutas da classe trabalhadora, via inserção dos assistentes sociais, em sindicatos por ramos de produção e no processo de redirecionamento político do papel dos conselhos, os quais passaram a assumir uma conotação política.

Entretanto, o cenário político de intensificação do processo de precarização das condições e relações de trabalho e de crise do movimento sindical foi decisivo para que não se avançasse na direção da construção do novo sindicalismo, e lançasse as bases para consolidação de nova estrutura sindical, marcada por um processo de fragmentação do movimento sindical, especialmente, no redirecionamento político da CUT, que assume a tendência do sindicalismo propositivo¹⁵ em oposição ao sindicalismo de lutas, construído no bojo do movimento do novo sindicalismo. Tais proposições estão respaldadas na concepção de liberal de Estado.

É nesse cenário político de reconfiguração da CUT, que a partir de 2000 ganha-se espaço o processo reabertura dos sindicatos dos assistentes sociais com a criação da FENAS- Federação Nacional de Assistentes Sociais. Assim, um processo amplo de

¹⁵ Inserido na IV Plenária Nacional da CUT, em agosto de 1990, a proposta do sindicalismo propositivo que se respalda na direção do sindicalismo de resultados os quais defendem o processo de negociação direta com o patronato, sem a interferência do Estado (BOITO JUNIOR, 1999).

embate político entre FENAS e o Conjunto CFESS-CRESS, nos espaços de representação da categoria¹⁶. E que tem suscitado um amplo processo de debate sobre as estratégias de organização política no seio da categoria. Tal debate, segundo Santos (2010) tem polarizado o confronto de ideias, sendo representado em três tendências diferenciadas.¹⁷

Tal movimento de reabertura não tem sido tranquilo no seio da profissão, ocasionando tencionamento entre as entidades representativas do conjunto CFESS – CRESS e os segmentos representativos da FENAS. Apesar de alguns ganhos políticos no cenário, as representações da FENAS não conseguem legitimar-se na representação da categoria, a exemplo da derrota eleitoral ao pleito da gestão do CFESS no ano de 2008.

Pode-se inferir que esse tencionamento político entre o conjunto CFESS/CRESS e a FENAS, tem contribuído para o acirramento de concepções/práticas profissionais, e consequentemente, uma retroalimentação do conservadorismo profissional.

Mais ainda, esse cenário, indica a retomada do sindicalismo no Serviço Social se apresenta no contexto marcado de crise do sindicalismo, e ou crise que se assola na CUT, por meio de um processo de intensa disputa interna, sendo que uma parte dos sindicatos começa a reorganizar-se com posições diferentes, passando a defender a desfiliação dos sindicatos e construir novas bases, com a emergência do CONLUTAS¹⁸.

¹⁶ A FENAS tem travado uma disputa política com o CFESS na representação junto com as instancias de controle social, a exemplo da representação no Conselho, assim como, tem incentivado aos sindicatos dos assistentes sociais em seus estados abertura dos processos judiciais movidos contra os conselhos regionais para redução da arrecadação dos conselhos, mediante o rebaixamento dos valores do tributo das anuidades. A exemplo do caso de Porto Alegre,

¹⁷ “A primeira aglutina os setores que, em consonância com o projeto ético-político profissional, bem como, com a proposta da nova estruturação sindical, pela ruptura com o corporativismo e unificação das lutas do conjunto dos trabalhadores, defende a sindicalização pro ramo de atividade. A segunda reúne os segmentos, que não defendem isso, nessa conjuntura, e mantém em funcionamento uma entidade sindical nacional da categoria que investe na reabertura dos sindicatos dos assistentes sócias, sob a alegação de que os ramos não foram estruturas consolidadas, e portanto, os sindicatos profissionais devem continuar dando prosseguimento às lutas da categoria. E a terceira tendência, que na verdade, não possui muita expressividade no âmbito profissional, seria a que defende a disputa política da direção desses sindicatos (SANTOS, 2010,p.134-135).

¹⁸ A Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS) apareceu como uma entidade fruto do movimento de organização dos trabalhadores, enquanto novo espaço de organização, em oposição a perspectiva política sindical adotada pela CUT. Este movimento do CONLUTAS foi encabeçado pelos partidos PSTU-Partidos Socialistas dos Trabalhadores e PSOL- Partido Socialismo e Liberdade, tornou-se entidade, em março de 2004, como deliberação do Encontro Nacional Sindical realizado em Luziania (Goias).

Aflora com isso, um “processo de abandono gradativo de sindicalismo de lutas, de ação direta das massas, de greves localizadas e gerais, de organização de base nos locais de trabalho, para uma ação majoritária no âmbito da institucionalidade por intermédio das camadas setoriais.” (ABRAMIDES, 2006, p. 45). O que tem desfavorecido na tendência de construção do novo sindicalismo, e tem dado respaldo para o processo de reabertura e filiação dos sindicatos por categorias.

Tais questões têm contribuído significativamente para indagar e desvendar como no contexto de crise do sindicalismo, marcado pela fase regressiva de seus embates políticos, são construídas as alternativas/enfrentamento face às pressões do processo de aviltamento das condições de trabalho, “o sindicalismo inicia sua fase regressiva, diante do avanço do neoliberalismo de um lado e de outro da ilusão politicista no domínio da institucionalidade, de outro” (ABRAMIDES, 2006, p. 51).

Diante do elucidado, observou-se que o fortalecimento dos sindicatos por categoria poderiam contribuir positivamente para fragmentação da classe trabalhadora, e para constituir as bases consolidadas de resistência a implementação de propostas/ações na direção da destituição dos direitos trabalhistas. Entende-se, portanto, que o “trabalhador não tem apenas que lutar pelo seus meios de vida físicos, mas deve lutar pela aquisição de trabalho, isto é, pela possibilidade, pelos meios de poder efetivar sua atividade.” (MARX 2010, p. 25).

Haja vista as reais dificuldades de enfrentamento dos trabalhadores no cenário atual, no contexto intensivo de “desqualificação dos sindicatos, faz-se necessária a implementação de uma legislação antisindical e utilização da força policial para reprimir greves e protestos sociais” (TROPICIA, 2009, p.23), que tem acirrado a fragmentação da organização da classe trabalhadora, por meio de práticas corporativas e separatistas da classe trabalhadora, e essas tem contribuído drasticamente para o declínio de atividades grevistas, diminuição das taxas de filiados e, conseqüentemente, nas bases para a derrocada do horizonte do novo sindicalismo.

Considerando as questões postas, e pensando os entraves que o movimento sindical tem passado na contemporaneidade, indaga-se até que ponto esse processo de retomada do sindicalismo no Serviço Social conseguirá construir respostas para reverter o quadro proposto e isso não significa perder de vista a perspectiva de organização

política, mas, conferir o sentido de classe trabalhadora. Pode-se indagar que o problema não reside na reabertura dos sindicatos, entretanto, percebe-se que há em seu processo uma velada tendência conservadora desse movimento que insiste em desconsiderar os avanços políticos assegurados, deixando à mostra os dilemas da organização sindical da categoria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, observa-se que organização sindical da categoria tem sido tencionada por um processo de continuidade com o conservadorismo e desconstrução com a trajetória política da categoria, ao desconsiderar todos os ganhos políticos construídos historicamente pelas entidades e os desafios postos de resistência face a ofensiva neoliberal, enquanto classe trabalhadora. Portanto, nos remete repensar a necessidade de ampliar o compromisso com o processo de discussão sobre as estratégias de organização política na atualidade, objetivando o fortalecimento das alianças e da luta pela melhoria da classe trabalhadora, bem como das formas de resistência, sobretudo da direção política construída pelas entidades em defesa do projeto ético político.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES. M. B. C; CABRAL. M. S R. **O novo sindicalismo e o Serviço Social: trajetória de processos de luta de uma categoria: 1978-1988.** São Paulo. 1995.

_____. **C. O projeto ético-político profissional do Serviço Social Brasileiro.** 2006. Tese (Doutorado em Serviço Social)-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006. Mimeo.

_____. A organização político-sindical dos assistentes sociais: trajetória de lutas e desafios contemporâneos. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 97, jan./mar. 2009.

ALVES. G. Do novo sindicalismo a concertação social ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998). **Revista Social Política**, João Pessoa, nov. 15. p.111-124, 2006.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 2009.

BERHING. E. R. Expressões políticas da crise e as novas configurações do Estado e da sociedade civil. In: **Serviço Social: direitos e competências profissionais**. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. Crise do Capital, Fundo Público e Valor. In: BOSCHETTI, I. et al (Org.) **Capitalismo em Crise: política social e direitos**. São Paulo: Cortez. 2010.

BRAGA. R. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo, 2012.

BRAVO. M. I. S; MARQUES. M. G. Saúde e luta sindical: entre a reforma sanitária e o projeto de saúde privatista. In BRAVO. I. S. B; MENEZES. J. S. B. de. (Org.). **Saúde, Serviço Social e Movimentos Sociais e Conselhos**. São Paulo, 2012.

_____. et al. Organização político-sindical dos assistentes sociais: uma breve análise. In BRAVO. I. S. B e MENEZES. J. S. B. de. (Org.). **Saúde, Serviço Social e Movimentos Sociais e Conselhos**. São Paulo: Cortez, 2012.

BRAZ. M. Mudanças no perfil das lutas de classes e modismos conceituais: o tormento de Sísifo das ciências sociais. In BRAVO. I. S. B e MENEZES. J. S. B. de. (Org.). **Saúde, serviço social e movimentos sociais e conselhos**. São Paulo, 2012a.

_____. Capitalismo, crise e lutas de classes contemporâneas: questões e polêmicas. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 111, jul/set. 2012b.

IAMAMOTO, M.V. Transformações societárias, alterações no “mundo do trabalho” e Serviço Social. **SER Social**, n. 6, Brasília, DF, jan./jun. 2000.

LARA. R. Contribuições acerca dos desafios do movimento sindical diante da crise do capital. In: SANTANA. R. (Org.) et al. **O Averso do Trabalho II**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX. K. **Manuscritos econômicos –filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MONTANO, C; DURIGUETTO. M. L. **Estado, Classe e Movimento Social**. 2. ed. São Paulo. Cortez, 2011.

NETTO, J.P. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 50, 1996.

_____. Crise do capital e consequências societárias. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 111, jul. 2012.

RAMOS. S. R; SANTOS. T. R. M. Dilemas e desafios do movimento sindical brasileiro: a particularidade da organização dos (as) assistentes sociais. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 94, jun. 2008.

SANTOS. T. R. M dos. **A organização sindical dos assistentes sociais no Brasil: dilemas e desafios contemporâneos**. 2010. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)- Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010. Mimeo.

SANTOS. J. S. Particularidade da questão social no Brasil: mediações para o seu debate na era Lula da Silva. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 111, jul/set. 2012.

TEIXEIRA. F. J. S. O neoliberalismo em debate. In: TEIXEIRA F. J. S. e OLIVEIRA, M. A. (Org.) **Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1996.

TROPIA. P. V. **Força Sindical: política e ideologia no sindicalismo brasileiro**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

REVISTA EM FOCO: Organização sindical dos assistentes sociais. N: 7. Set. 2011.